Uma análise do perfil característico dos consumidores endividados no Brasil

Flaviani Souto Bolzan Medeiros (UFSM) flaviani.13@gmail.com
Daiane Antonini Bortoluzzi (UFSC) daianeantonini@gmail.com
Juliana Andreia Rüdell Boligon (UNIFRA) julianaboligon@unifra.br
Scheila Daiana Severo Hollveg (UFSM) scheilahollveg@hotmail.com

Resumo:
O crédito pode ser atrelado a um instrumento econômico expansionista sendo capaz de ampliar o poder de compra dos consumidores. No entanto, percebe-se que a maneira com que este mecanismo se estabeleceu na sociedade provocou um aumento no índice do endividamento. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo conhecer o perfil característico dos consumidores brasileiros endividados no período de 2011 a 2014, bem como verificar o volume de recursos utilizado através das linhas de crédito por órgãos governamentais no período analisado. Metodologicamente, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva segundo os objetivos, bibliográfica e documental quanto às fontes de informação. Os dados foram obtidos junto aos sites do Banco Central do Brasil, no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), e também, na Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os resultados apontam um elevado percentual de endividamento e a ocorrência de oscilações crescentes e decrescentes no período estudado, bem como que as formas de crédito mais utilizadas pelos brasileiros no período foram o crédito pessoal e o financiamento imobiliário.
Palavras-chave: Linhas de crédito, Endividamento, Perfil consumidores.

An analysis of the characteristic profile of consumers in Brazil indebted

Abstract:
The credit can be coupled to an expansionary economic instrument being able to increase the purchasing power of consumers. However, it is clear that the manner in which this mechanism was established in society caused an increase in the debt ratio. In this sense, this article aims to understand the characteristic profile of the indebted Brazilian consumers in the period from 2011 to 2014 and check the amount of resources used through credit lines by government agencies during the period. Methodologically, a descriptive study was developed according to objectives, literature and documents the sources of information. Data were obtained from the websites of the Central Bank of Brazil, in the Credit Protection Service (SPC Brazil), and also in the National Survey of Consumer Debt and Default (PEIC) conducted by the National Confederation of Trade in Goods and Services Tourism (CNC). The results show a high percentage of debt and the occurrence of increasing and decreasing fluctuations during the study period and that credit forms most used by Brazilians in the period were personal credit and real estate financing.
Keywords: Credit lines, Debt, Consumer profiles.

1. Introdução

Em um ambiente cada vez mais globalizado e competitivo percebe-se que o mercado consumidor está mais influente nas relações com as empresas. Porém, o consumismo é característica marcante da sociedade atual, o que instiga muitos a passarem por situações de endividamento (SLOMP, 2008). Silva (2008) acrescenta que atualmente tudo o que o indivíduo deseja consumir pode ser financiado de uma forma ou de outra.

Por um lado, Lopes (2012) considera que o maior acesso ao crédito pode trazer benefícios para o consumidor como uma melhor qualidade de vida, mas, por outro, em determinado nível o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações tornando-se um endividado. E com a expansão do crédito nos últimos anos, ocasionada principalmente pelo aumento dos prazos e do arrefecimento das taxas de juros isso fez com que o endividamento das famílias brasileiras atingisse patamares elevados.

Conforme Ferreira (2006), o endividamento pode ser entendido como um saldo devedor de um indivíduo ou de um grupo deles. Enquanto que o superendividamento é o alto comprometimento da renda do indivíduo com dividas (GOMES, 2011). Já a inadimplência é definida como a não realização de um pagamento ou descumprimento de um contrato, a incapacidade de pagamento das obrigações (SEHN; CARLINI JR., 2007).

Sob esse enfoque, diante do atual cenário econômico, conhecer e analisar os aspectos do endividamento permite que novas discussões enriquecem os debates com o propósito de mostrar a importância de se ter um planejamento orçamentário e uma boa educação financeira. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo conhecer o perfil característico dos consumidores brasileiros endividados no período de 2011 a 2014, bem como verificar o volume de recursos utilizado através das linhas de crédito por órgãos governamentais no período analisado.

Esse estudo justifica-se pelo fato de que a questão do endividameto vem ganhando destaque sendo cada vez mais discutida em todos os setores da sociedade. E no atual cenário brasileiro, tais discussões são importantes não somente para as famílias, mas também, para a atividade econômica do país, tendo em vista que o endividamento delas se encontra em altos níveis. Vale lembrar que níveis exagerados de endividamento podem levar a inadimplência e, por sua vez, a consequências graves na atividade econômica.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: logo após a introdução, apresenta-se o referencial teórico contemplando tópicos como finanças pessoais, a questão do endividamento, sobreendividamento e a inadimplência e, ainda, o mercado de crédito. Em seguida, consta a metodologia adotada com suas respectivas classificações e plano de coleta dos dados. Na sequência, visualiza-se a análise e discussão dos resultados. Por fim, estão expostas as considerações finais a partir do trabalho realizado.

2. Referencial teórico

2.1. Finanças pessoais

Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação dos conceitos financeiros pela família ou indivíduo nas suas decisões financeiras do cotidiano. As finanças pessoais levam em consideração os eventos financeiros de cada pessoa, bem como a fase da vida que ele se encontra a fim de auxiliar o seu planejamento financeiro (CHEROBIN; ESPEJO, 2010).

Os indivíduos precisam tomar decisões constantemente, e cada vez mais devem aprimorar a forma como as escolhem. Uma decisão pode decorrer de mais de uma opção de caminho a seguir, e optar pela correta exige um grau de conhecimento sobre finanças pessoais, e para

isso é necessário que os indivíduos adquiram educação financeira (MACEDO JR.; KOLINSKY; MORAIS, 2011).

Assim sendo, Lusardi e Mitchell (2007) explicam que a educação financeira é o processo em que o indivíduo melhora ou adquire o seu conhecimento sobre conceitos financeiros, através de informações, instrução e aconselhamento, com a finalidade de desenvolver habilidades e confiança para tomar as decisões corretas.

Complementarmente, Cerbasi (2004) acrescenta que o planejamento das finanças pessoais está diretamente relacionado às características de organização, persistência e dedicação do indivíduo. Esse fator, para muitas pessoas, é o ponto mais difícil na organização financeira uma vez que é necessário trabalhar com o monitoramento constante das receitas e despesas.

2.2. O endividamento, sobreendividamento e a inadimplência

De acordo com Ferreira (2006), o endividamento tem origem do verbo endividar e significa contrair dívidas. Deste modo, pode ser conceituado como a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo, isto é, a família excede sua renda orçamentária e recorre à utilização de recursos de terceiros.

No entendimento de Mosca (2009), as causas do endividamento podem ser divididas em dois grupos de fatores: os microeconômicos, que estão ligados ao comportamento individual de cada família, e os macroeconômicos, que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle delas.

Além disso, diversos fatores podem contribuir para o endividamento das famílias, onde, de um modo geral, são evidenciados o *status* social, falta de planejamento e os desejos e as necessidades (MACEDO JR.; KOLINSKY; MORAIS, 2011).

O sobreendividamento, por sua vez, refere-se às situações em que o devedor se vê impossibilitado de pagar um conjunto das suas dívidas. Se a incapacidade de cumprir for causada por circunstâncias não previsíveis como o desemprego, doença ou morte de um familiar, acidente, entre outros, é denominado de sobreendividamento passivo. Por outro lado, se o devedor contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, é classificado como sobreendividamento ativo (GOMES, 2011).

Além do sobreendividamento existe a inadimplência, situação em que o indivíduo não consegue saldar um contrato, isto é, é falta de pagamento ou não cumprimento do acordado. Ainda, é considerado inadimplente o devedor que não satisfaz a obrigação de forma espontânea (SEHN; CARLINI JR., 2007).

De acordo com Herling et al. (2013), o sujeito torna-se inadimplente devido aos impactos que sofre constantemente na sua renda, e esses impactos determinam os limites e as restrições orçamentárias do consumidor, fazendo com que ele perca seu controle financeiro e assim estando propício a ser inadimplente.

2.3. Mercado de crédito

O mercado de crédito objetiva basicamente suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazo dos vários agentes econômicos, seja através de concessão de crédito às pessoas físicas, seja por empréstimos e financiamentos às organizações. As operações desse mercado são realizadas por instituições financeiras que atuam como intermediadoras de forma direta e indireta (ASSAF NETO, 2011).

Sob esse enfoque, Gitman (201) complementa que no mercado de crédito atuam várias instituições financeiras e não financeiras que agem como intermediários, encaminhando as poupanças das pessoas físicas, empresas e órgãos para empréstimos e investimentos. O

principal órgão responsável pelo controle, normatização e fiscalização deste mercado é o Banco Central do Brasil.

Para Schlabitz (2008), o crédito viabiliza o crescimento econômico antecipando, o consumo e o investimento, elevando o nível de oferta e demanda da economia. Desse modo, o crédito pode ser visto como um fator determinante para o nível de desempenho de um país. Segundo Kerr (2011), no Brasil, os instrumentos de crédito que as pessoas físicas mais utilizam são: cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado e crédito direto do consumidor (CDC).

3. Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos, o presente artigo adotou uma pesquisa descritiva segundo os objetivos, bibliográfica e documental quanto às fontes de informação e qualitativa no que se refere à natureza dos dados (GONSALVES, 2011). Assim sendo, a pesquisa descritiva possui a finalidade de observar, registrar e analisar as características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Por isso, o pesquisador não pode interferir na pesquisa, deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, como se estrutura e como funciona (JUNG, 2004).

Em relação ao estudo bibliográfico, qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessário uma pesquisa desse tipo, já que proporciona um conhecimento prévio sobre o assunto pesquisado. Essas fontes bibliográficas podem ser livros, jornais, revistas, entre outros (SANTOS; PARRA FILHO, 2011). Já o estudo documental faz uso de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou aqueles que podem ser reelaborados conforme os propósito do fenômeno estudado (GIL, 2010).

E a pesquisa qualitativa, segundo Michel (2009) requer uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos, sendo o ambiente da vida real a fonte para a obtenção dos dados. Quanto ao plano de coleta dos dados, foram utilizados informações de fontes secundárias obtidas nos sites do Banco Central do Brasil, no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e também na Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O CNC é uma entidade sindical de um dos principais setores da economia do país, composta por 34 federações patronais e 999 sindicatos mais representativos dentre os setores. Essa entidade realiza a pesquisa sobre o endividamento das famílias brasileiras desde 2010, e esses dados são coletados junto a amostras de 18.000 consumidores de capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal. O SPC Brasil é o sistema de informações das Câmaras dos Dirigentes Lojistas (CDL) e constitui-se como o maior banco de dados da América Latina em informações creditícias sobre pessoas físicas e pessoas jurídicas, auxiliando na tomada de decisões para concessão de crédito pelas empresas em todo país.

Dentre a diversidade de dados utilizados na PEIC, o presente trabalho coletou informações com relação ao total de endividados encontrados no período de 2011 a 2014. No Banco Central do Brasil foram buscados dados sobre o volume de recursos disponibilizados por meio das linhas de crédito utilizado pelos consumidores e o endividamento das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional. No SPC Brasil, por sua vez, foram extraídos dados a fim de identificar o perfil característico dos consumidores endividados adimplentes e inadimplentes. Cabe frisar que esses dados foram coletados nas referidas instituições por meio de arquivos disponibilizados nos formatos PDF e em planilhas do Microsoft Excel®.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Perfil dos consumidores endividados

Segundo a pesquisa divulgada pelo SPC Brasil (2014c), o perfil dos endividados adimplentes, ou seja, que não possuem contas em atraso é 52% homens, 64% possuem idade entre 25 a 49 anos e 46% são da classe A e B, ainda, com relação ao estudo civil 42% dos adimplentes são solteiros. Quanto ao grau de escolaridade 49% tem ensino superior (completo ou incompleto), 18% têm pós-graduação, e apenas 4% possui o primeiro grau completo.

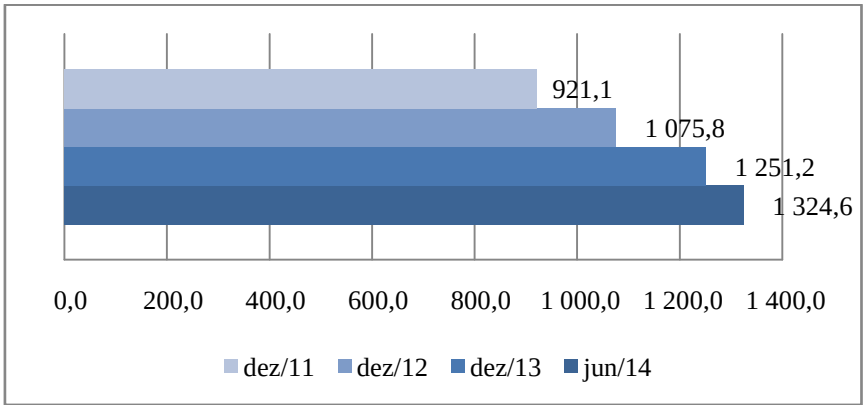
Com relação ao perfil dos endividados inadimplentes, o SPC Brasil (2014b) revelou que as mulheres representam 60% dos inadimplentes brasileiros. Considerando a condição social e a faixa etária, verifica-se maior representatividade na classe C, 86%, e de pessoas entre 25 a 49 anos (65%), entre os que possuem contas em atraso. A metade 50% dos inadimplentes é casada, contra 36% de solteiros, 3% viúvos e 10% de separados. Ainda, 37% são funcionários de empresas privadas e, portanto, possuem previsibilidade de renda, seguido pelos autônomos, 28%, desempregados, 13%, e aposentados ou pensionistas, 8%. Quanto ao grau de instrução 80% tem no máximo o ensino médio completo, e 24% possuem apenas o primeiro grau completo.

O levantamento mostrou que o nível de escolaridade pode afetar o modo como o indivíduo trata das suas finanças. Quanto maior o grau de instrução, menor a incidência entre o grupo de pessoas com atraso. Constatou-se, ainda, que o descontrole financeiro e a inadimplência não são exclusividade das classes de baixa renda, uma vez que os indivíduos das classes A e B correspondem a 14% dos inadimplentes do Brasil.

E apesar de o desemprego se encontrar em um nível historicamente baixo no país, ele foi citado por 24% da amostra como justificativa para a inadimplência, seguido pela diminuição da renda, 10%, e empréstimo de nome, 7%.

4.2. Análise das linhas de crédito disponibilizadas no período analisado

Desde 2003 acontece o aumento do crédito às pessoas físicas, o que pode estar relacionado com a dinamização do consumo das famílias, que aumentaram seu poder de compra no período. Na Figura 1 é ilustrado o volume de recursos disponibilizados por meio das linhas de crédito utilizado pelos consumidores.



Fonte: Banco Central do Brasil (2014).

Figura 1 – Evolução do crédito pessoa física (em bilhões R$)

Em 2011, a evolução do mercado de crédito mostrou-se consistente devido à implementação, ao final de 2010, de medidas macro prudenciais e da postura restritiva da política monetária, no início de 2011 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012). Nesse contexto, o crédito pessoa

física em dezembro de 2011 totalizou em 921,1 bilhões. Verifica-se que nos anos conseguintes ocorreram aumentos, 1.075,8 bilhões em dezembro de 2012 e 1,251,2 bilhões em dezembro de 2013. Ainda, em junho de 2014 já totalizava 1324,6 bilhões, uma variação de 73,4 bilhões referente a dezembro de 2013.

A economia brasileira cresceu nos últimos anos estimulada por fatores como forte demanda de consumo, ascensão da classe C e inclusão bancária, viabilizados pelo acesso facilitado ao crédito. No entanto, muitos desses brasileiros entendem equivocadamente que o crédito é uma espécie de aumento de renda, entretanto, crédito é apenas uma antecipação de sua renda. Assim, no Brasil o maior acesso ao crédito vem contribuindo para que os cidadãos contraiam dívidas em volumes cada vez maiores para sustentar o seu consumo (SOUZA, 2013).

Portanto, pode-se observar que difundiu-se a ideia de que o acesso ao crédito proporciona uma melhor qualidade de vida. No entanto, a busca pela ascensão social por meio do crédito pode provocar justamente o contrário, uma vez que o consumidor pode destinar boa parte dos seus recursos financeiros ao pagamento de dívidas. Na Tabela 1 são elencados os principais instrumentos de crédito que as pessoas físicas utilizam no Brasil no período estudado e seus respectivos montantes em bilhões.

Discriminação	Ano		
	2011	2012	2013
Recursos livres	628,4	692,7	745,2
Crédito pessoal	238,9	279,1	319,6
Consignado	159,3	188,9	221,9
Cartão de crédito	114,0	126,5	144,6
Cheque especial	17,6	18,3	20,2
Recursos direcionados	292,7	383,2	506,0
Imobiliário	189,4	255,4	342,5
Rural	72,6	90,7	115,3

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2014).

Tabela 1 – Crédito a pessoa física - saldos (em bilhões R$)

Conforme análise da tabela anterior, o estoque de financiamentos com recursos livres atingiu 628,4 milhões em 2011, totalizando no crédito pessoal 238,9 milhões, no crédito consignado 159,3 milhões, no cartão de crédito 114,0 milhões e no cheque especial 17,6 milhões. As operações de crédito realizadas com recursos livres são empréstimos cujas taxas de juros são livremente pactuadas entre os tomadores e as instituições financeiras.

As operações realizadas com recursos direcionados, que são empréstimos realizados com taxas ou recursos definidos por normas governamentais, alcançaram 292,7 milhões em 2011. Nesse mesmo ano o financiamento imobiliário fechou em 189,4 milhões e o crédito rural em 72,6 milhões. Em 2012 houve uma expansão no financiamento com recursos livres, alcançando 692,7 milhões, no crédito pessoal 279,1 milhões, no crédito consignado 188,9 milhões, no cartão de crédito 126,5 milhões e no cheque especial 18,3 milhões. Também ocorreu um crescimento dessas modalidades em 2013, o financiamento com recursos direcionados conclui o ano com 383,2 bilhões, o financiamento imobiliário com 255,4 bilhões e o crédito rural com 90,7 milhões.

Ocorreu em 2013 novamente um aumento nessas modalidades, terminando o ano com financiamento de recursos livres de 745,2 bilhões, no crédito pessoal 319,6 bilhões, no crédito consignado 221,9 bilhões, no cartão de crédito 144,6 bilhões e no cheque especial 20,2 bilhões. E ainda, o financiamento de recursos direcionados totalizando 506 bilhões, financiamento imobiliário 342,5 bilhões e o crédito rural 115,3 bilhões.

Portanto, verifica-se que nos três anos analisados houve aumentos consecutivos em todas as modalidades de crédito, demonstrando que o consumidor brasileiro está recorrendo, cada vez mais, ao crédito, visto a facilidade de adquirir empréstimos.

Ainda, é possível analisar que as formas de crédito mais utilizadas são o crédito pessoal e o financiamento imobiliário, destacando a grande expansão deste no último ano. Posteriormente, é plausível elencar o cartão de crédito que vem ganhando destaque entre os consumidores brasileiros. Segundo a pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2014a), o cartão de crédito é a modalidade de pagamento mais utilizada pelos consumidores na hora de parcelar uma compra. A pesquisa também apontou um diagnóstico preocupante ao relevar que 77% reconhece não ter conhecimento sobre o valor dos juros cobrados nesse tipo de operação.

4.3. Principais indicadores de endividamento

O endividamento ocorre quando o devedor assume uma obrigação, mas não faz um bom planejamento, por não ter formação suficiente para fazê-lo, e consequentemente não consegue saldá-la (ANDRADE et al., 2008*)*. Devido ao fácil acesso do crédito atualmente, anunciada e agressivamente promovida na televisão, rádio e jornal, o crédito deixou de ser um recurso excepcional, e agora é um instrumento de gestão presente no orçamento pessoal e familiar (HENNIGEN, 2010). Este cenário pode ser considerado como um fator para a evidência do alto nível de endividamento das famílias brasileiras, nos últimos anos, como pode ser observado na Tabela 2.

PEIC	**Ano**		
	2011	**2012**	**2013**
Percentual do total – Média anual			
Famílias endividadas	62,2%	58,3%	62,5%
Famílias em conta em atraso	22,9%	21,4%	21,2%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso.	8,0%	7,1%	6,9%
Em número absoluto – Média anual			
Famílias endividadas	99.094.78	8.470.610	9.109.768
Famílias com Conta em atraso	3.398.160	3.039.488	3.043.350
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	1.151.317	1.015.280	998.661
Em variação percentual			
Famílias endividadas	-	-6,8%	7,5%
Famílias com conta em atraso	-	-10,6%	0,1%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	-	-11,9%	-1,6%

Fonte: CNC/PEIC (2013)

Tabela 2 – Principais indicadores do endividamento

Através da Tabela 2 é possível perceber que metade das famílias brasileiras encontram-se endividadas. Diante de tais dados, percebe-se a importância da educação financeira. Matta (2007) explica que a educação financeira é o conjunto de informações que auxiliam os indivíduos a tomar as decisões mais plausíveis com relação à renda, a gestão do dinheiro, gastos e empréstimos monetários, poupança e investimento a curto e longo prazo.

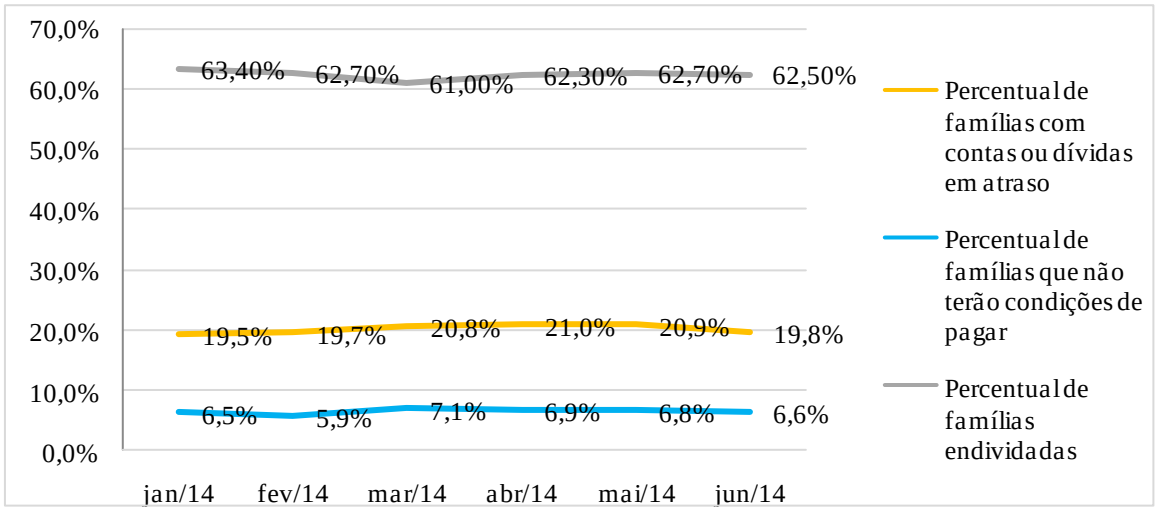
Complementarmente, para Donadio, Campanario e Rangel (2012), o crescente grau de endividamento induz a acreditar que grande parcela da população possui baixa educação financeira, o que torna os indivíduos mais propensos ao endividamento. Ainda, destacam que os indivíduos que possuem baixa educação financeira, tendem a cometer transações de alto custo, visto que pagam tarifas mais altas e utilizam vias de contratação de empréstimo de alto custo.

Através da análise dos anos 2011, 2012 e 2013, não se pode afirmar que o nível de endividamento das famílias brasileiras esteja decrescendo. Apesar de haver uma redução de 6,8% entre os anos de 2011 e 2012, essa redução não ocorreu no ano posterior. No ano de 2013, ocorreu um aumento de 7,5% na taxa de crescimento dos endividados, mostrando um índice preocupante devido a essa alta na taxa de endividamento de 2012 para 2013.

Por isso, observa-se que nesses três anos consecutivos a taxa de endividamento oscilou, tendo um arrefecimento em um ano e um crescimento no ano seguinte. Este índice aparentemente não sinaliza uma preocupação econômica, visto que a dívida apenas representa uma compra a crédito. No entanto, os endividados acabam tendo a sua renda comprometida e este comprometimento é a base que determina muitas das ações de uma família e isto pode levá-la a inadimplência.

Com relação ao índice das famílias com contas em atraso, isto é, inadimplentes, é possível observar que nos três anos analisados houve um decréscimo, 22,9%, 21,4% e 21,2%. Com uma variação de -10,6% em 2012 e 0,1% em 2013. O endividamento pode vir acompanhado da inadimplência, que é conceituada como o não pagamento assíduo das obrigações pelo devedor (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009). Todavia, o índice aponta que, em média, 21,83% dos endividados tiveram suas dividas capitalizadas, isto é, a renda que 21,83% das famílias endividadas comprometeram com o pagamento de dívidas, sofreram correções diárias e resultaram em dívidas mais elevadas do que as inicialmente adquiridas.

No que diz respeito às famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso, houve também um arrefecimento, 8,0%, 7,1% e 6,9%, nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Nesse caso, é permitido sustentar que as famílias estão buscando realizar um planejamento das dívidas a fim de poder conseguir quitá-las. Já no que se refere ao ano de 2014, foi analisado o primeiro semestre de 2014. Na Figura 2 é apresentado os percentuais referentes às famílias endividadas, o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso e, o percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso nos meses de janeiro a junho de 2014.



Fonte: Adaptado CNC/PEIC (2014).

Figura 2 – Avaliação do nível de endividamento

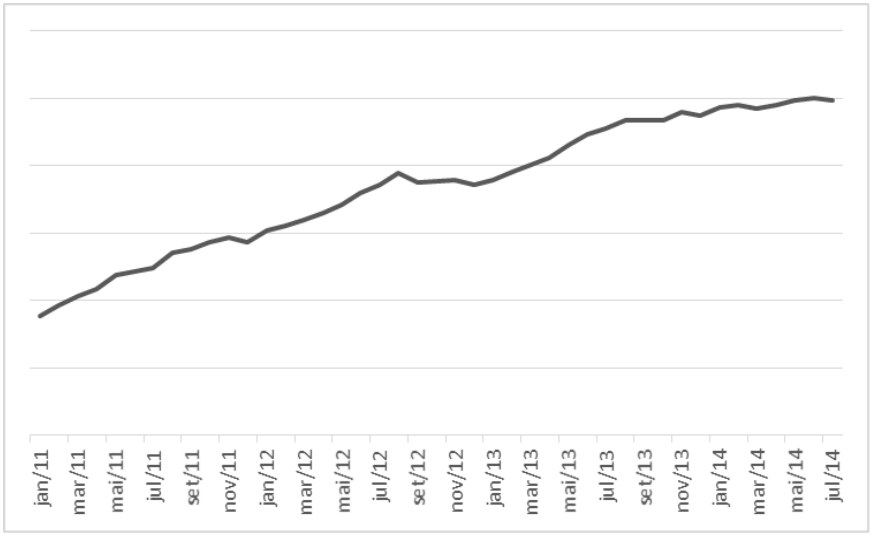
O ano de 2014 iniciou com um índice de 63,40% de famílias endividadas, um avanço com relação ano de 2013, quando esse índice correspondia a 62,50%. Nos dois meses seguintes, fevereiro e março, ocorreram um arrefecimento nessa taxa, respectivamente, 62,70% e 61%. No entanto, nos meses de abril e maio verificou-se novamente um crescimento das famílias endividadas, 62,30% e 62,70%. Após, sucedeu um decréscimo no mês de junho, 62,50%.

Os índices indicam que ao longo dos últimos seis meses, uma média de 62% do total de famílias brasileiras direcionou parte de sua renda, ao pagamento de bens e serviços adquiridos há dias, meses ou até mesmo anos passados. Para Rêgo (2013) este processo pode resultar em um ciclo vicioso do endividamento, pois muitos dos consumidores endividados são incapazes no presente de satisfazer minimamente as suas necessidades reais, e assim necessitam de mais crédito.

O problema em questão ainda agrava-se à medida que muitos desses devedores possuem dívidas ou contas em atraso, no que diz respeito a esta condição, cumpre demonstrar a evolução do indicador ao longo do período observado. Na Figura 2 é possível verificar que o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso apresentou um aumento contínuo nos meses de janeiro a maio de 2014. O aumento do custo das dívidas pelas sucessivas elevações das taxas de juros, a inflação em patamar elevado e o enfraquecimento da atividade econômica, gerando menor dinamismo no mercado formal de trabalho figuram entre as causas que explicam o aumento da inadimplência ao longo destes últimos meses (SERASA, 2014). Em seguida, no último mês analisado, ocorreu um arrefecimento nesse índice, no entanto não muito significativo em comparação ao contínuo aumento dos meses anteriores.

As atualizações e os reajustes incorporados às dívidas em atraso resultam em um maior comprometimento da renda por parte dos devedores. Diante disso, muitos endividados se encontram impossibilitados de saldar as contas em atrasos. A decorrência desses fatores resulta no terceiro indicador a ser abordado, a incapacidade de pagamento de dívidas pelas famílias. O indicador de incapacidade de pagamento pelas famílias apresentou um declínio no mês de fevereiro de 0,6%, tendo, no mês seguinte, um aumento na variação de 1,2%. Nos três meses seguintes, abril, maio e junho ocorreram novamente decréscimos, com variações, respectivamente, 0,2%, 0,1% e 0,2%.

O não pagamento das dívidas leva os consumidores a terem seu nome incorporado no cadastro de inadimplência, esse cadastro é disponível para consulta pública. Quando isso ocorre os devedores se veem restritos de compras a crédito, utilização de cheques, empréstimo pessoal e, ainda, encontram dificuldades para alugar imóveis e outros bens. Além disso, os consumidores correm o risco de um acionamento judicial e em caso de perda, podem se defrontar com suas contas bancárias bloqueadas e seus bens penhorados (YAZBEK, 2013). Na Figura 3 ilustrada a seguir, é demonstrado o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) em relação à renda acumulada dos últimos doze meses.



Fonte: Banco Central (2014b).

Figura 3 – Endividamento das famílias com o SFN

A variável "Endividamento das famílias com o SFN" corresponde à série do Banco Central que relaciona o montante atual das dívidas das famílias com o SFN e a renda das famílias acumulada nos últimos doze meses. É possível verificar que desde 2011 o endividamento das famílias brasileiras vem sofrendo oscilações constantes e de uma forma em geral esse índice vem crescendo e comprometendo a renda das famílias brasileiras. A alta disponibilidade de crédito no País altera os hábitos de consumo da classe C, D e E, pois com a possibilidade de adquirir produtos mais caros com prazos maiores, essas classes passaram a comprar itens antes considerados caros ou supérfluos.

Nesse sentido, pode-se verificar que, quanto maior o endividamento mais recurso financeiro foi emprestado às famílias, podendo ter sido usado para financiar imóveis ou bens de consumo, duráveis ou não. Esse estímulo ao consumo foi uma estratégia adotada pelo governo do país nos últimos anos. O crédito permite às famílias realizarem principalmente compras de bens de preços elevados e ir pagando a prazo, assim, elas comprometem uma parte de sua renda com o pagamento dessa dívida, e esse comprometimento é a base que determina muitas das ações de uma família, podendo levá-la a inadimplência.

5. Considerações finais

Com a realização desse estudo identificou-se um grande percentual de endividamento e a ocorrência de oscilações no período estudado. Todavia, apesar dos altos níveis encontrados, não se pode afirmar que esse índice esteja seguindo uma tendência de crescimento, já que ocorreram oscilações de arrefecimento. Já as formas de crédito mais utilizadas pelos brasileiros no período analisado foram o crédito pessoal e o financiamento imobiliário, destacando a grande expansão deste no último ano. Destaca-se também o crescente aumento do uso do cartão de crédito, uma modalidade que está sendo muito utilizada devido sua facilidade de compra a prazo, porém, os consumidores desconhecem a taxa de juro cobrada nesse tipo de operação.

A respeito do perfil característico dos consumidores brasileiros endividados no período de 2011 a 2014, objeto desse estudo, verificou-se que a maioria dos endividados adimplentes são homens solteiros e possuem idade entre 25 a 49 anos e, ainda, são da classe A e B. Quanto ao grau de escolaridade, a maioria possui ensino superior (completo ou incompleto). Já o perfil dos endividados inadimplentes, a pesquisa revelou que as mulheres representam mais da metade dos inadimplentes brasileiros. Considerando a condição social e a faixa etária, verifica-se maior representatividade na classe C e de pessoas entre 25 a 49 anos. A maior parte dos inadimplentes é casada e são funcionários de empresas. Quanto ao grau de instrução possuem no máximo o ensino médio completo.

O crédito pode ser atrelado a um instrumento econômico expansionista sendo capaz de ampliar o poder de compra dos consumidores. No entanto, percebe-se que a maneira com que este mecanismo se estabeleceu na sociedade provocou um aumento no índice do endividamento. Como solução para esse cenário, surge às medidas governamentais e um melhor planejamento orçamentário dos indivíduos, bem como a educação financeira. Assim, a redução do índice do endividamento deve ser tratada como prioridade tanto pela sociedade quanto pelos órgãos públicos, uma vez que a inadimplência é decorrente do endividamento.

Portanto, percebe-se o quanto é importante que os indivíduos realizem o planejamento orçamentário e adquiram uma educação financeira, visto que o acesso ao crédito fácil e a sociedade consumista instiga muitos a passarem por situações de endividamento e até mesmo de inadimplência.

Referências

ANDRADE, S. F. C. de; RIUL, P. H.; OLIVEIRA, M. S. de; CAVALCANTI, M. F. A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca. *Revista FACEF Pesquisa*, Franca, v. 11, n. 1, p. 45-58, 2008.

ASSAF NETO, A. *Mercado financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de economia bancária e crédito*. 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. *Política monetária e operações de crédito do SFN*. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>. Acesso em: 11 out. 2014.

CERBASI, G. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. São Paulo. Editora Gente, 2004.

CHEROBIN, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. *Finanças pessoais*: conhecer para enriquecer. São Paulo: Atlas, 2010.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., São Paulo, 2009. *Anais*... São Paulo: SEMEAD, 2009.

DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. de A.; RANGEL, A. de S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. *Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.

FERREIRA, R. *Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro*. São Paulo: Thomson, 2006.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GOMES, M. S. A. O crédito malparado e o sobreendividamento das famílias na região autônoma da Madeira. 93 f. 2011. *Dissertação* (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2011.

GONSALVES, E. P. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

HENNIGEN, I. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da psicologia social. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. x, n. 4, p. 1173-1201, 2010.

HERLING, L. H.; MORITZ, G. de O.; SANTOS, A. M. dos; SOARES, T. C.; RAFAEL, B. B. A inadimplência nas instituições de ensino superior: um estudo de caso na instituição XZX. *Revista Gestão Universitária da América Latina*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 126-142, 2013.

JUNG, C. F. *Metodologia para pesquisa e desenvolvimento*: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

KERR, R. B. *Mercado financeiro e de capitais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

LOPES, G. de O. Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos. 64 f. 2012. *Dissertação* (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LUSARDI, A., MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education. *Business Economics*, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.

MACEDO JR., J. S.; KOLINSKY, R.; MORAIS, J. C. J. de. *Finanças comportamentais*: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTA, R. O. B. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Industrial. 2007. 214 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOSCA, A. *Finanças comportamentais*: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PEIC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. 2013. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2013> Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. 2014. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-36>. Acesso em: 27 ago. 2014.

RÊGO, W. A concessão do crédito e o endividamento dos consumidores. In: FORUM DE DEBATES FEBRABAN. *Apresentação...* 2013. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Apresenta%E7%E3o%20Werson%20Rego.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SCHLABITZ, C. J. Custos de transação e o mercado de crédito brasileiro: uma análise sob a ótica da nova economia institucional. 2008. 201 f. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SEHN, C. F.; CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no sistema financeiro de habitação. **Revista** *de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.

SERASA. *Inadimplência do consumidor sobe 2,4% em maio, revela Serasa Experian*. 2014. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-do-consumidor-sobe-24-em-maio-revela-serasa-experian/>. Acesso em: 20 set. 2014.

SLOMP, J. Z. F. Endividamento e consumo. *Revista Relações de Consumo*, Caxias do Sul, n. 108, p. 109-131, 2008.

SPC BRASIL. *80% dos brasileiros preferem o cartão na hora de parcelar, mas só um terço conhece os juros cobrados*. 2014a. Disponível em: <www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/41180dosbrasileirospreferemocartaonahoradeparcelarmassoumtercoconheceosjuroscobrados>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. *Quatro em cada dez inadimplentes não pretendem pagar dívida nos próximos três meses, revela SPC Brasil*. 2014b. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/452-quatroemcadadezinadimplentesnaopretendempagardividanosproximostresmesesrevelaspcbrasil>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. *Perfil do adimplente e inadimplente*. 2014c. Disponível em: <file:///H:/TFG/spc_brasil_analise_perfil_adimplente_inadimplente_2014%20(1).pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

SILVA, S. B. da C. N. Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia. 332 f. 2008. *Tese* (Doutorado) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

SOUZA, M. A. P. de. O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal. 2013. 118 f. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações –Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

YAZBEK, P. O que realmente acontece com quem não paga as contas. *Exame.com*. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/o-que-realmente-acontece-com-quem-nao-paga-as-contas>. Acesso em: 31 set. 2014.